

*(Actos adoptados em aplicação do título VI do Tratado da União Europeia)*

## ACÇÃO COMUM

de 29 de Novembro de 1996

adoptada pelo Conselho, com base no artigo K.3 do Tratado da União Europeia, relativa à criação e manutenção de um repertório de competências, técnicas e conhecimentos específicos em matéria de luta contra a criminalidade internacional organizada, destinado a facilitar a cooperação entre os Estados-membros da União Europeia no domínio da aplicação da lei

(96/747/JAI)

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado da União Europeia e, nomeadamente, o nº 2, alínea b), do ponto 2, do seu artigo K.3,

Tendo em conta a iniciativa da Presidência e da Bélgica,

Tendo em conta a Acção Comum de 10 de Março de 1995, adoptada pelo Conselho com base no artigo K.3 do Tratado da União Europeia, relativa à Unidade «Droga» da Europol<sup>(1)</sup> e a Acção Comum de 16 de Dezembro de 1996, adoptada pelo Conselho com base no artigo K.3 do Tratado da União Europeia, que alarga as atribuições da Unidade «Droga» da Europol<sup>(2)</sup>,

Recordando que, nos termos dos pontos 8 e 9 do artigo K.1 do Tratado, os Estados-membros consideram a cooperação policial e aduaneira questões de interesse comum, tendo em vista a prevenção e a luta contra a criminalidade internacional;

Considerando que o Conselho está convicto de que a gravidade e o desenvolvimento de certas formas de criminalidade internacional exigem que se reforce a cooperação entre os serviços responsáveis pela aplicação da lei nos Estados-membros, especialmente a nível técnico e científico;

Considerando que, em resposta às diversas ameaças com que se defrontam os Estados-membros, as autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da lei que lutam contra a criminalidade organizada têm desenvolvido competências, técnicas e conhecimentos específicos que deverão, em princípio, ser postos à disposição das autoridades competentes dos outros Estados-membros, a seu pedido, conforme as suas necessidades e no momento oportuno;

Considerando que a criação e a manutenção de um repertório desses domínios de competências, técnicas e conhecimentos específicos os tornará mais ampla e facilmente acessíveis às autoridades dos Estados-membros, reforçando assim os meios destes em matéria de luta contra a criminalidade;

Considerando que o repertório previsto pela presente acção comum não se destina a substituir nem alterar qualquer dos actuais acordos bilaterais ou multilaterais relativos à cooperação a nível científico e técnico nos domínios da aplicação da lei, não pretende ser um meio para o intercâmbio de informações operacionais, nem exige que sejam criadas novas estruturas dentro do Conselho;

Considerando que a Unidade «Droga» da Europol estabelecerá, a título de primeira medida, o repertório que abrangerá os domínios do tráfico de droga e do tráfico de seres humanos,

ADOPTOU A PRESENTE ACÇÃO COMUM:

### *Artigo 1º*

A Unidade «Droga» da Europol (UDE) será responsável pela criação, manutenção e divulgação de um repertório de competências, técnicas e conhecimentos específicos em matéria de luta contra a criminalidade que, em aplicação das acções comuns de 10 de Março de 1995 e de 16 de Dezembro de 1996, se insiram no seu âmbito de competência.

### *Artigo 2º*

1. Os Estados-membros enviam à UDE os contributos que pretendam ver incluídos no repertório.
2. O repertório é compilado pela UDE, com base nos contributos dos Estados-membros.

<sup>(1)</sup> JO nº L 62 de 20. 3. 1995, p. 1.

<sup>(2)</sup> Ver página 4 do presente Jornal Oficial.

3. Nos seus contributos para o repertório, os Estados-membros terão plenamente em conta a classificação e protecção de segurança estabelecidas por cada Estado-membro.

4. Posteriormente, a UDE encarregar-se-á da correcta inclusão de todas as alterações e aditamentos ao repertório, com base em novos contributos dos Estados-membros, assim como de dar aos Estados-membros conhecimento dessas alterações e aditamentos.

#### *Artigo 3.º*

1. Cada Estado-membro envia para inclusão no repertório indicações das competências, técnicas ou conhecimentos específicos em matéria de luta contra a criminalidade organizada que tenha desenvolvido e que considere útil pôr à disposição de todos os Estados-membros.

2. Os contributos dos Estados-membros, de preferência enviados segundo um modelo a acordar no Conselho, incluem pelo menos uma descrição suficiente de cada competência, técnica ou conhecimento, de modo a permitir que as autoridades competentes dos Estados-membros possam decidir com conhecimento de causa do seu eventual interesse para o desempenho das respectivas funções. Os contributos devem igualmente indicar com exactidão de que modo se pode estabelecer contacto directo e rápido com as autoridades que dispõem dessa competência, técnica ou conhecimento, ou com um ponto de contacto central no Estado-membro em causa.

3. Os Estados-membros são responsáveis pela actualização, sempre que necessário, das indicações relativas a esses pontos de contacto.

4. Os Estados-membros podem, em qualquer momento, enviar dados complementares para inclusão no repertório ou solicitar a retirada de dados do mesmo.

5. O repertório não inclui dados pessoais, para além dos nomes e das indicações relativas aos pontos de contacto necessários para o funcionamento do sistema.

#### *Artigo 4.º*

1. Cada Estado-membro disporá de um exemplar do repertório. Cabe às autoridades competentes dos Estados-membros que pretendam beneficiar de uma competência específica indicada no repertório estabelecer ligação com o ponto de contacto adequado no Estado-membro que enviou esse dado para inclusão. A questão do eventual reembolso de despesas deve também ser resolvida bilateralmente.

2. Um Estado-membro que tiver indicado uma competência, técnica ou conhecimento para inclusão no repertório poderá recusar a sua divulgação em determinados casos, se as circunstâncias o exigirem.

3. Os Estados-membros acordam em que, se estabelecerem um contacto através do repertório, comunicarão à UDE os dados principais, a determinar pelo Conselho deliberando por unanimidade, com ele relacionados, de modo a permitir um controlo eficaz da utilidade do repertório.

4. São aplicáveis o nº 2 do artigo 5.º e o artigo 7.º da acção comum de 10 de Março de 1995.

#### *Artigo 5.º*

A presente acção comum será publicada no Jornal Oficial.

Entra em vigor na data da sua publicação.

Feito em Bruxelas, em 29 de Novembro de 1996.

*Pelo Conselho*  
*O Presidente*  
N. OWEN